

# CADERNO DE ENCARGOS

## 1 – OBJETO DO FORNECIMENTO

O presente procedimento consiste na aquisição de uma viatura pesada de recolha de resíduos sólidos urbanos com grua, nova, nas condições definidas no presente caderno de encargos.

## 2 – CARATERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**Categoria da viatura:** Pesado especial para recolha de resíduos urbanos, com caixa, grua e tremonha

1. Nova, com zero km, pesada, tipo 4x2 com tração ao eixo traseiro, o qual deve possuir rodado duplo;
2. Viatura com cabine fechada, sem cama, com lotação para três pessoas, convenientemente insonorizada, equipada com cintos de segurança;
3. Cabine avançada, rebaixada e basculante;
4. Distância entre eixos:  $\geq 3.300$  mm e  $\leq 3.900$  mm;
5. Comprimento máximo do conjunto da viatura (Chassis + Superestrutura) de aproximadamente 7,70 m (deverá ser apresentado desenho cotado);
6. Saída de escape vertical concebido de forma a anular possíveis entradas de água, protegido sem prejuízo do nível de ruído, por blindagem de chapa perfurada. A tubagem deve estar localizada, o mais possível junto à cabine, para maximizar a distância carroçável. A saída de escape deve ser concebida de forma a não aumentar, mais que o estritamente necessário, a altura da viatura;
7. Proteção térmica do escape;
8. Largura máxima: inferior ou igual a 2.400mm;
9. Tomada de força acionada pela caixa de velocidades de acoplamento direto, sem transmissão e possuir uma relação que permita uma baixa rotação do motor do veículo durante a operação do equipamento. Deverá também ter um sistema de proteção que não permita a sua atuação sem o travão de mão acionado;
10. Corte corrente geral;
11. Sistema elétrico de 24V, com duas baterias de capacidade mínima 150Ah, sem manutenção;
12. Peso bruto homologado de 15.000kg a 16.000kg;
13. Motor Diesel, Euro VI de 6 cilindros;
14. Cilindrada do motor:  $\geq 6.800$  cc e  $\leq 7.800$  cc;
15. Potência do motor:  $\geq 230$  cv e  $\leq 280$  cv;
16. Binário  $\geq 1.000$  Nm;
17. Volante à esquerda ajustável em altura e inclinação;
18. Filtro de combustível adicional com separador de água;
19. Avisador de baixo nível de combustível;
20. Capacidade depósito combustível (diesel)  $\geq 150$  lt, com sistema anti roubo e anti derrame de combustível e localizado do lado direito da viatura;
21. Capacidade depósito adblue  $\geq 25$  lt, com sistema anti roubo e localizado do lado direito da viatura;
22. Conta horas do funcionamento do motor, caixa de compactação e da grua;
23. Limitador de velocidade de acordo com legislação em vigor;
24. Pneumáticos com as dimensões mínimas de 285/70 R19,5;
25. Pneus com piso direcional no 1º eixo e piso de tração no 2º eixo;
26. Roda sobresselente com piso direcional com suporte, ferramentas de roda com acrescento, macaco hidráulico de no mínimo 12.000Kg e dois calços para segurança;
27. Chassis isento de lubrificação;
28. Suspensão dianteira com molas parabólicas;

29. Suspensão pneumática no eixo traseiro;
30. Barra estabilizadora em ambos os eixos compatíveis com a superestrutura montada;
31. Caixa de velocidades automatizada, especialmente robusta e devidamente dimensionada e adequada a regimes de trabalho com paragens e arranques frequentes (recolha de resíduos);
32. Bloqueio diferencial;
33. Travões de disco em todos os eixos;
34. Sistema de travagem anti-bloqueio ABS;
35. Sistema de controlo de estabilidade ESP;
36. Sistema de seguimento de faixas de rodagem LGS;
37. Sistema de travagem de emergência;
38. Sinal de travagem de emergência;
39. Secador de ar no circuito pneumático;
40. Sistema de auxílio ao arranque em declives;
41. Sistema de travagem ao motor com potência de, no mínimo, 140 Kw;
42. Avisador de desgaste dos elementos de travagem, com indicação no computador de bordo;
43. Tacógrafo digital calibrado com registo de rpm e totalizador de horas;
44. Banco do motorista pneumático, ajustável em altura, distancia do volante e inclinação de costas e do assento com cinto de segurança;
45. Dois lugares de passageiros com cinto de segurança ajustáveis;
46. A disposição dos bancos e outros equipamentos não deve impedir a circulação interior entre ambas as portas;
47. Todos os bancos forrados com capas de napa amovíveis, independentemente do tecido original;
48. Para-brisas laminado e de cor;
49. Sistema de aquecimento e ventilação;
50. Ar condicionado;
51. Rádio com Bluetooth;
52. Fecho centralizado de portas;
53. Computador de bordo com idioma em português;
54. Tapetes amovíveis no fundo do habitáculo;
55. Pala de sol exterior;
56. Aviso sonoro de marcha atrás;
57. Vidros elétricos de ambos os lados;
58. Espelhos retrovisores com aquecimento elétrico e reguláveis eletricamente;
59. Espelho de bermas e espelho de cruzamento do lado direito;
60. Espelho frontal elétrico para visualizar o pára - choques dianteiro;
61. Olhal de reboque à frente;
62. Pára - ciclistas (barreiras de encastramento) onde for necessário segundo legislação CE89/297CEE;
63. Guarda-lamas traseiro em material resistente e com bordos flexíveis, de fácil desmontagem (fixação por meio de abraçadeiras ou algo equivalente) e tubo de ligação ao suporte do chassis;
64. Guarda-lamas individuais com palas;
65. Sistema de dupla para proteção dos cantoneiros. A segunda pala deve ser posicionada junto aos estribos.
66. Direção assistida;
67. Triângulo de pré-sinalização;
68. Colete de segurança norma CE;
69. Jogo de tapetes em borracha;
70. Lanterna em LED;
71. Extintor na cabine com o mínimo 2Kg, além dos previstos na carroçaria de 6kg devidamente fixados em locais adequados;

72. Kit primeiros socorros, devidamente afixado em local adequado;
73. Caixa de compactação de resíduos sólidos urbanos, com capacidade volumétrica de 12m<sup>3</sup> com placa de compressão e descarga, em conformidade com os requisitos de segurança exigidos pela norma EN 1501-1;
74. A carga e a descarga dos resíduos deve ser efetuada pela parte traseira da viatura, sem necessidade de basculamento da caixa;
75. Na parte traseira da caixa de recolha deve existir um avental, para evitar que na operação de despejo, os resíduos caiam sobre as longarinas dos chassis e os órgãos da suspensão da viatura;
76. A ligação entre o portal traseiro e a caixa de recolha deve ser suficientemente estanque, para assegurar o não derramamento de resíduos e líquidos na via pública;
77. Taxa de compressão  $\geq 5:1$ ;
78. Corpo da caixa reforçado e fixação ao chassis através de viga longitudinal em U calculado de forma a suportar as forças exercidas pela grua;
79. Teto da caixa plano e devidamente reforçado estruturalmente, com capacidade para suportar o trabalho da grua instalada nesta zona;
80. Fundo do interior da caixa completamente liso num só plano por forma a não acumular líquidos em zonas específicas;
81. Na parte inferior traseira da caixa de carga deverá existir uma zona de compactação, em aço de elevada resistência ao desgaste HB~400 segundo EN6506-1 do tipo Hardox, ou equivalente,  $\geq 6$  mm de espessura. Esta zona além de preservar a vida útil das chapas da unidade de enchimento deve também evitar que na operação de descarga os resíduos caiam sobre as longarinas dos chassis e dos órgãos de suspensão da viatura.
82. Altura interior da caixa  $\geq 1.850\text{mm}$   $\leq 1.950\text{mm}$ ;
83. Vedação entre a caixa e unidade de enchimento efetuada por compressão de perfil de borracha com resistência ao desgaste químico e mecânico;
84. Unidade de enchimento com ligação ao corpo da caixa através de olhais e cavilhas, com abertura e fecho efetuados através de dois cilindros de duplo efeito colocados na lateral da unidade, com bloqueio automático após fecho;
85. Sistema de compactação composto por prato guia e prato rotativo;
86. O volume conjunto cuba e tremonha deverá permitir o despejo ininterrupto de um ecoponto com a capacidade máxima de 5m<sup>3</sup>;
87. Cuba com  $\geq 1700$  litros de capacidade, construída em aço de elevada resistência ao desgaste HB ~400, segundo EN6506-1 do tipo Hardox ou equivalente, de  $\geq 5$  mm de espessura;
88. Prato guia e prato de descarga com deslocamento através de guias em U instalados no interior da unidade de enchimento e na caixa, respetivamente, e com deslizamento através de calços de nylon facilmente substituíveis;
89. Cilindro hidráulico do prato guia posicionados do lado de fora da unidade de enchimento para evitar o contacto com os resíduos;
90. Os cilindros hidráulicos do prato guia e os cilindros hidráulicos de abertura/fecho da unidade de enchimento deverão ser protegidos por uma porta lateral metálica, comum ao conjunto dos dois cilindros;
91. Escoras entre o corpo da caixa e a unidade de enchimento para segurança durante as operações de manutenção;
92. Reservatório de lixiviados para acumulação de líquidos e evitar o seu derrame para o pavimento com tubo e válvula de descarga e cuba com válvula de descarga;
93. Prato de descarga/compressão acionado por cilindro telescópico de duplo efeito;
94. Estribos para transporte de operadores e proteções laterais conforme norma EN1501-1, sendo antiderrapantes e rebatíveis, com cantos arredondados, protegidos por perfil de borracha e com

- segurança por mola. Não são admissíveis soluções que incorporem rebordos salientes nas faces superiores dos estribos ou que impeçam a entrada lateral nestes;
95. O posicionamento dos estribos deve garantir que não excederão a largura do pórtico traseiro da superestrutura devendo, preferencialmente, ser montados ainda dentro dessa linha;
96. Deverão ser montadas pegas a uma altura e posicionamento, que evitem o impacto com a cabeça, para segurança dos operadores, conforme norma NP EN 1501-1;
97. Sempre que haja operadores nos estribos da retaguarda, deverá ser impedida a utilização da marcha - atrás, limitada a velocidade da viatura e desligado o sistema de compactação. Esses dispositivos devem ser instalados e protegidos, de forma a não ser possível o seu contacto com o solo.
98. Os comandos de operação da caixa de recolha (caixa e comporta de carga e descarga) deverão ser corretamente localizados, com identificação em português ou sinalética, por intermédio de chapas de alumínio rebitadas ou equivalentes, dos interruptores e sinalizadores, sendo as cores conforme EN60204-1 e a simbologia ISO 7000/IEC.
99. A aceleração do motor da viatura deve ser ajustada automaticamente com a colocação em marcha das placas de compressão e durante as operações de esvaziamento da caixa de recolha.
100. Com as placas a trabalhar ciclo a ciclo, o fim do ciclo será sempre com a placa de compactação na posição superior e a placa giratória na posição de compressão (fechada).
101. O movimento das placas atuado pelo comando traseiro (ciclo a ciclo ou automático), far-se-á, independentemente do ponto de início do ciclo, com a seguinte sequência: Abertura da placa giratória, movimento descendente da placa de compactação, fecho da placa giratória e movimento ascendente da placa de compactação.
102. Todas as caixas localizadas no exterior da cabine, utilizadas para instalar comandos e da instalação elétrica da viatura, devem ser estanques (especificação IP66). A entrada das cablagens deve fazer-se pela parte inferior das caixas, sempre que for tecnicamente possível.
103. Elementos a instalar no interior da cabine, com acesso fácil ao motorista, devem incluir no mínimo os seguintes comandos e avisadores:
- a) Comando de ligar/desligar superestrutura;
  - b) Comando da iluminação exterior de sinalização de viatura em marcha lenta;
  - c) Comando dos flashes direcionais dianteiros e traseiros;
  - d) Comando para ativação dos comandos exteriores de abertura e de fecho da comporta traseira;
  - e) Avisador luminoso e sonoro de comporta de carga e descarga aberta, a mais de um metro;
  - f) Avisador luminoso indicador de presença nos estribos traseiros;
  - g) Avisador luminoso de capacidade carga máxima atingida na superestrutura;
  - h) Avisador sonoro, com comando à retaguarda da viatura, para indicação de que a viatura pode retomar a sua marcha;
  - i) Comando de anulação das seguranças dos estribos para, em caso de avaria, permitir a movimentação da viatura. Quando acionado esse comando, não poderá ser possível ligar o sistema de compactação durante cinco minutos;
  - j) Comando de anulação da segurança de paragem do motor ao engrenar uma mudança, na condição de portal de descarga aberto a mais de metro, para em caso de avaria ou de despejo em aterro, permitir a movimentação da viatura;
  - k) Comando de paragem de emergência, com encravamento, do sistema de carga, de compactação e do elevador.
104. Elementos de comandos no exterior, montados na superestrutura devem ser, no mínimo, os seguintes:
- a) Comando de acionamento do sistema de compactação (ciclo a ciclo e automático);
  - b) Comando de funcionamento manual do conjunto de placas de carga (quatro funções);
  - c) Comando de libertação da placa compactadora;
  - d) Comando da luz de trabalho;

- e) Comandos de paragem de emergência, com encravamento, do sistema de carga, de compactação e do elevador, localizados o mais próximo possível da zona de trabalho, montados em ambos os lados (direito e esquerdo);
  - f) Comando avisador para indicação que a viatura pode ser posta em marcha;
  - g) Dois comandos simultâneos de fecho da comporta de carga e descarga e respetivos trincos. Estes comandos só devem estar ativos após a atuação de um comando no interior da cabine. Devem ser montados interruptores com iluminação própria ligados pelo comando no interior da cabine;
  - h) Comandos de abertura e fecho da comporta de carga e descarga e respetivos trincos, que, quando acionados, devem ativar um sinal sonoro na traseira do veículo. A comporta não deve poder fechar-se completamente, devendo existir um intervalo de 1000mm entre os bordos da caixa, sendo posteriormente fechada junto à traseira (conforme a norma NE 1501-1);
  - i) Comandos de acionamento (avanço e recuo) do cilindro de atuação da placa ejetora;
  - j) Estes comandos só devem estar ativos após a atuação de um comando no interior da cabine. Devem ser montados interruptores com iluminação própria ligada pelo comando no interior da cabine;
105. Consola de comandos da superestrutura tipo digital, instalada na cabina de forma a permitir a visualização de alarmes, efetuar descarga de resíduos, parametrizar número de ciclos de limpeza da cuba, contagem de ciclos, contagem de descargas e avisos de manutenção;
106. Sistema de vídeo a cores com monitor na cabina e câmara traseira para visualização da zona de trabalho e que permita a ligação de uma segunda câmara.
107. Tomada de força controlada a partir da consola de comandos na cabina, só podendo ser acionada com o travão de mão ligado;
108. Acionamento hidráulico através de tomada de força montada na caixa de velocidades e por bomba hidráulica dupla de acoplamento direto à tomada de força;
109. Depósito de óleo de hidráulico com o mínimo de 150 litros de capacidade, com filtro de retorno ao depósito;
110. Devem ser montados pontos de pressão (tomadas rápidas) no sistema hidráulico;
111. A bomba hidráulica deve ser acionada a partir da tomada de força. Em caso de avaria, esta deve permitir o seu bloqueio manual;
112. Todos os componentes hidráulicos, incluindo as bombas, devem garantir a mais baixa produção de ruído, que for tecnicamente possível;
113. O distribuidor hidráulico deve possibilitar o acionamento e funcionamento simultâneo da grua e da caixa auto compactador;
114. A montagem do circuito hidráulico deve ser efetuada com especiais preocupações de anular ou reduzir ao mínimo, a possibilidade de existirem derrames de óleo, sobre qualquer componente de escape da viatura, prevendo a montagem de tabuleiros de retenção;
115. Sistema de elevação de contentores perfeitamente adequado para elevação e basculamento dos contentores existentes, tais como, baldes de 110/120/240/360 litros, contentores de 770/800/1000/1100 litros (DIN e OSCHNER) e levantamento e basculamento de contentores 3m³ tipo sotkon.
116. Luz de trabalho em LED de cor branca colocada na retaguarda da superestrutura;
117. Uma luz sinalizadora de veículo em marcha lenta (focos estroboscópicos LED de 360º, com lente em policarbonato obedecendo à norma europeia UN65 de luz amarela/âmbar, que permita que o veículo esteja sinalizado em todas as direções, montadas na superestrutura, devidamente protegidos e abaixo do plano referenciado à altura máxima da mesma;
118. Quatro flashes (focos direcionais de LED, de cor amarela/âmbar, dois colocados na parte superior da traseira da superestrutura e os outros dois, no mínimo com três LED, na grelha da frente da cabine;
119. Três faróis rotativos em LED (um na frente e dois na retaguarda da superestrutura);

120. Pintura de cor branca com tratamento anticorrosivo e acabamento com espessura mínima de 200µm da superestrutura;
121. Tremonha dinâmica de movimentação hidráulica/pneumática permitindo o aumento da capacidade útil da cuba para 5m³, para descarga de ecopontos de superfície e enterrados de 3m³ e 5m³;
122. Grua com gancho para elevação de contentores subterrâneos, colocada no topo da superestrutura de recolha e compactação de RSU com capacidade de engatar e elevar contentores superficiais e enterrados com 3m³ e 5m³ de capacidade;
123. Grua montada em cima da caixa auto compactadora;
124. Capacidade de elevação mínima de 600 kg a 6,80 metros;
125. Ângulo de rotação mínima de 360°;
126. Alcance mínimo de 6,80 metros;
127. Momento de elevação mínimo 41kNm;
128. Avisador de carga máxima;
129. Dois projetores, colocados nos braços da grua;
130. Totalizador de horas de trabalho;
131. Segurança garantida em todos os movimentos da grua;
132. Certificados dos ganchos em conformidade;
133. Certificados dos cabos auxiliares em conformidade;
134. Comando à distância via rádio para a operação, com bateria de reserva, respetivo carregador e bolsa de transporte;
135. Comandos manuais da grua no lado direito da viatura;
136. Dispositivo de paragem de emergência de fácil acesso;
137. Deverão ser considerados estabilizadores se necessário;
138. Os estabilizadores acionam automaticamente com o início de funcionamento da grua, em caso dos estabilizadores não serem acionados, não deverá ser possível operar a grua;
139. Certificação da grua;
140. Dísticos em vinil com logótipo do Município de Aljezur nas portas laterais dianteiras e capô, no formato e na cor a indicar pelo município (resistentes à água quente e detergentes).

### 3 – PAGAMENTO DE IUC E DESPESAS DE LEGALIZAÇÃO

3.1 - O Imposto Único de Circulação referente à viatura não deverá ser imputado ao Município em virtude do mesmo se encontrar isento do seu pagamento.

3.2 - As despesas de legalização e transferência de propriedade da viatura serão da responsabilidade do vendedor.

3.3 – É da responsabilidade do adjudicatário proceder à homologação da viatura pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., ficando responsável por qualquer alteração que venha a ser necessária para que a viatura possa ser homologada. Qualquer alteração, que seja necessária, será considerada para todos os efeitos, como uma reparação ao abrigo da garantia da viatura.

Deve estar previsto no projeto de homologação, para ser incluído como averbamento do documento único automóvel, a utilização de pirilampo rotativo.

#### **4 – ENTREGA DO BEM**

4.1 - O bem objeto do contrato deve ser entregue nas instalações do Município, no prazo constante da proposta adjudicada, não superior a 180 dias seguidos.

4.2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquele, nomeadamente:

- a) Plano de lubrificação completo da viatura fornecida e indicação de todos os tipos de lubrificantes aconselhados;
- b) Manual de operador da viatura e equipamentos;
- c) Manual de reparação/oficina detalhada da viatura e dos equipamentos;
- d) Declarações de conformidade de acordo com a legislação aplicável aos equipamentos de trabalho e diretiva máquinas de todos os equipamentos que constituem a superestrutura e fichas de verificação.

4.3 - Com a entrega do bem objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o Município, bem como o risco de deterioração do mesmo, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

#### **5 – PARÂMETRO BASE DO PREÇO CONTRATUAL**

5.1. - O preço Base (valor máximo) do procedimento é de **€140.000,00** (cento e quarenta mil euros), o qual não inclui o IVA.

5.2. – O preço apresentado na proposta é o preço de venda sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), e incluem, para além do valor do equipamento propriamente dito, o seguinte:

- a) O custo dos serviços de transporte e respetivos seguros até ao local de entrega designado;
- b) O custo com o desalfandegamento e matriculação – Documento único automóvel;
- c) Homologação da viatura pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.,
- d) Outros impostos se aplicável;
- e) Os acessórios exigidos pelo Código da Estrada;
- f) O equipamento de série e/ou opcional incluído no preço;
- g) O combustível necessário à verificação imediata do veículo;
- h) A documentação a fornecer;
- i) Manutenção/revisão do veículo pelo período de 2 anos, sem limite de quilómetros, incluindo filtros, lubrificantes e outros materiais, que sejam necessários, do acordo com plano de manutenção da marca.

#### **6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1 - O pagamento será efetuado, após aceitação da fatura, num prazo de 30 dias.

6.2 - O pagamento será efetuado diretamente ao fornecedor.

#### **7 – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de fornecimento do bem identificado na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia do bem;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico de peças, componentes e equipamentos que integram o bem objeto do contrato, pelo prazo de 10 anos a contar da data de receção.

## **8 – CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM**

8.1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao Município (em morada a indicar posteriormente) o bem objeto do contrato com as características e especificações técnicas previstas no número 2 do presente Caderno de Encargos, dentro do prazo estipulado na proposta sendo que caso o mesmo não seja cumprido, por facto imputável ao fornecedor, poderá implicar o pagamento por parte deste ao Município, de uma multa, nos termos do número 15, por cada dia que for excedido o referido prazo.

8.2 - O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

8.3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina aspetos relativos a venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita a conformidade dos bens.

8.4 - O fornecedor é responsável perante o Município por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que existam no momento em que o bem lhes é entregue.

8.5 - O fornecedor fica obrigado a dar formação em operação, manutenção e primeira intervenção, aos condutores e mecânicos do município, em condições a definir posteriormente, nas instalações do município. A formação consistirá em operação da viatura (componente teórica e prática), operação da superestrutura e da grua, manutenção preventiva e lubrificação.

## **9 – GARANTIA TÉCNICA**

9.1 - Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos a venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante o bem objeto do contrato, pelo prazo mínimo de três anos, a contar da data da entrega do bem, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características e especificações técnicas definidas no número 2 do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

9.2 - A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A Reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do equipamento ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra;
- h) Qualquer componente, tais como elementos eletrónicos, chassi, cabine, suspensão, motor, entre outros.



9.3 - Considera-se como material de desgaste, ou seja, não incluídos na garantia, os pneus, embraiagem, pastilhas de travão, lâmpadas, limpeza do sistema de Ad-Blue por contaminação comprovada e alinhamentos de direção.

9.4 - A reparação ou substituição previstas no presente número devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e fim a que o mesmo se destina.

## **10 – GARANTIA E CONTINUIDADE DE FABRICO**

O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram o bem objeto do contrato pelo prazo de dez anos, a contar da data de receção.

## **11 – CONTRATO**

A adjudicação é formalizada por contrato escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95º do CCP, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração.

## **12 – APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

12.1 - Em simultâneo com a decisão de adjudicação, a entidade adjudicante, aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, quando seja o caso.

12.2 - Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

## **13 – DESPESAS DO CONTRATO**

13.1 - As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos/taxas legalmente devidos pelo adjudicatário, nomeadamente a taxa de elaboração de contrato no valor de € 48,87, prevista no ponto 9 do Artigo 1º da Tabela Geral de Taxas e Licenças do Município.

13.2 - Correm igualmente por conta do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

## **14 – GESTOR DO CONTRATO**

A entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designará um Gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

## **15 – PENALIDADES CONTRATUAIS**

15.1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos seguintes:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, calculada de acordo com a seguinte fórmula:  $P = (V \cdot D / 365) / 3$ , em que P corresponde ao montante da penalidade, V corresponde ao valor do contrato do fornecimento, e D corresponde ao número de dias em atraso.

## **16 – OBRIGAÇÕES DE SIGILO**

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

## **17 - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

17.1 - O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

17.2 - Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) A entidade adjudicante deve apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º. do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 18/2008, de 29 de Janeiro e alterado pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de Outubro.

## **18 – SUBCONTRATAÇÃO**

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

## **19 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

19.1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

19.2 - Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

19.3 - A parte que invocar casos de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

## **20 - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS**

20.1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização no presente procedimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

20.2 - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

## **21 – RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

21.1 - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, a outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

21.2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega do bem ou falta de reposição de bom funcionamento por período superior a 60 dias úteis.

## **22 – FORO COMPETENTE**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

## **23- CONDIÇÕES COMUNS**

23.1 - A rescisão não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato.

23.2 - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

23.3 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas.

## **24 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto e demais legislação aplicável.

